

Com Jilly Traganou

Experiências olímpicas

representações,
dissensos
e legados



Nascida na Grécia e residindo nos Estados Unidos há mais de vinte anos, **Jilly Traganou** é arquiteta, doutora pela Universidade de Westminster e professora na Parsons School of Design, em Nova Iorque. Suas pesquisas buscam analisar as relações entre espaço, arquitetura e design, com enfoque nas situações de dissenso, bem como o papel do design na configuração de novas identidades nacionais e pós-nacionais. Entre os anos de 2016 e 2017, Jilly foi contemplada com uma bolsa Fulbright, possibilitando que ela se estabelecesse no Brasil para pesquisar os Jogos Olímpicos Rio 2016.

João Monteiro: Em que contexto surgiu o seu interesse pelo tema do design nos Jogos Olímpicos?

Jilly Traganou: Eu comecei a me interessar pelo tema das Olimpíadas em 2003, quando retornei à Grécia para ministrar aulas na Universidade de Tessália e residir na capital Atenas. O meu primeiro livro tinha acabado de ser publicado e eu estava empolgada para começar um novo projeto de pesquisa, dessa vez relacionado à Grécia.¹ Era uma época em que os preparativos para os jogos de Atenas 2004 estavam em pleno vapor e assim o meu interesse pelo tema surgiu de maneira quase natural. Me surpreendeu muito o crescimento do nacionalismo, um fenômeno que eu nunca havia observado na Grécia anteriormente. Minha surpresa não era com a retórica nacionalista construída pelos organizadores do evento, mas a sua assimilação

pela população de maneira passional e acrítica. Podia-se observar nas ruas algumas manifestações inéditas disso, como pessoas vestindo camisetas estampadas com a bandeira grega, algo que antes era inimaginável. Foi muito interessante observar que a população acreditava que os Jogos Olímpicos poderiam gerar uma transformação do país ao trazer modernidade e prestígio e todos viam aquele evento como uma oportunidade para mostrar ao mundo uma imagem nova da Grécia, diferente daquela de nação arcaica e atrasada.

Portanto, o Urbanismo, a Arquitetura e o Design eram elementos fundamentais dessa operação. As mudanças materiais foram fortemente influenciadas por conceitos dessa nova identidade nacional grega que se pretendia construir. Curiosamente, enquanto a maioria das pessoas era favorável à realização das Olimpíadas, esse evento tinha significados diferentes para cada grupo social. O meu interesse de pesquisa estava nessas diferentes concepções. O Estádio Olímpico de Atenas foi o mais controverso projeto

¹ TRAGANOU, Jilly. *The Tōkaidō Road: Traveling and Representation in Edo And Meiji Japan*. Londres: RoutledgeCurzon, 2004.

e eu dediquei um capítulo inteiro do meu livro para analisá-lo. Infelizmente, houve pouca resistência aos Jogos de Atenas 2004 e eu considero isso lamentável, porque aqueles que eram céticos não ousaram fazer suas vozes serem ouvidas ou não conseguiram angariar visibilidade através da mídia, que era muito tendenciosa e favorável às Olimpíadas. Mesmo aqueles que eram céticos – e que hoje se apresentam muito críticos com os desdobramentos – acreditavam que o evento poderia ser útil na conquista de resultados positivos. Naquele momento, esses críticos optaram por uma estratégia de tentar influenciar no planejamento dos Jogos, mas não foram bem-sucedidos. Foi dessa maneira que comecei a minha pesquisa sobre as Olimpíadas, que em seguida expandiu-se para uma análise dos eventos realizados no passado – como os Jogos de Verão Tóquio 1964 e os Jogos de Inverno Sarajevo 1984 – e de outros que estavam acontecendo – como Beijing 2008 e Londres 2012. O interessante era que enquanto uma parte da pesquisa era feita em arquivos físicos, outra parte era realizada em conteúdo da internet ou a partir de entrevistas com as pessoas envolvidas na realização dos eventos no momento em que eles estavam acontecendo.

JM: No seu último livro,² você analisa o papel do design na construção do evento olímpico, mas também nos movimentos de contestação. Os Jogos México

² TRAGANOU, Jilly. *Designing the Olympics: Representation, Participation, Contestation*. Londres: Routledge, 2016.

1968 são uma referência do dissenso às Olimpíadas. O que explica isso?

JT: Durante os Jogos México 1968, ocorreu provavelmente o primeiro movimento sistemático de dissidência contraolímpico. É importante notar que o seu objetivo não era ser diretamente antiolímpico, mas um movimento liderado pelos estudantes em oposição ao regime mexicano. Internacionalmente havia um clima político interessante, como os protestos estudantis na Europa em 1968, que contribuíram para fortalecer esse movimento mexicano e que acabaram por influenciar as estratégias que foram tomadas. Houve estudantes viajando entre o México e a França, então é possível identificar uma troca de conhecimento e de experiências, tanto em termos de técnicas de expressão visual e design quanto de ação política. Hoje, essas trocas ainda podem ser observadas, como no caso das aproximações entre os movimentos de contestação aos Jogos de Vancouver 2010 e de Londres 2012, ou Rio 2016 e Tóquio 2020. Um exemplo disso é o revezamento da Tocha da Pobreza (*Poverty torch*), criada por ativistas de Vancouver em parceria com ativistas ingleses. A tocha foi criada como parte do movimento contestatório *Poverty Olympics*, que denunciava a negligência por parte dos promotores dos Jogos em relação aos problemas enfrentados por uma parte da população, e pela percepção dessas pessoas de que as Olimpíadas de Vancouver estavam sendo experimentadas positivamente apenas por poucos privilegiados. E os questionamentos não eram apenas sobre os efeitos negativos durante os Jogos, mas sobre o legado daquele evento para a

Foto: Jilly Traganou



Imagem 1: Instalações do Estádio Olímpico de Atenas projetado por Santiago Calatrava.



Imagem 2:
À esquerda,
pictogramas
esportivos
oficiais dos Jogos
México 1968,
desenhados por
Lance Wyman.
À direita,
trabalho gráfico
do movimento
estudantil
mexicano que
apropria a
linguagem visual
dos pictogramas
oficiais. Cortesia:
Lance Wyman.

cidade. Em Vancouver, novos condomínios residenciais estavam sendo construídos desalojando populações sem teto, o que revelava que as Olimpíadas não existem exclusivamente para servir ao esporte, mas que acabam por afetar outras funções urbanas que a princípio não têm nada a ver com os Jogos, como a questão habitacional. Os moradores do centro da cidade (*Downtown Eastside*) criaram um evento chamado revezamento da Tocha da Pobreza. A tocha foi representada por um carrinho de supermercado empurrado por moradores de rua. A nova versão da tocha – levada para Inglaterra pelos organizadores do movimento antiolímpico dos Jogos Londres 2012 – foi feita com um desentupidor de privada decorado com fitas douradas e foi transportada numa maca velha de hospital. A Tocha da Pobreza de Vancouver hoje está exposta no Museu de Vancouver, junto com uma série de objetos que fizeram parte do movimento antiolímpico.

JM: No seu último livro, nós encontramos relatos de diferentes estudos de casos icônicos do design olímpico, com especial atenção para os Jogos Atenas 2004. No Brasil, a experiência grega de realização dos Jogos Olímpicos foi amplamente difundida como um modelo que não poderíamos reproduzir. O que aconteceu com a Grécia após a realização dos Jogos?

JT: Os Jogos Olímpicos na Grécia foram ao mesmo tempo um exercício simbólico, um objeto de prestígio nacional e uma oportunidade para investidores e para o mercado imobiliário promoverem especulação, mudanças das leis de zoneamento e do uso



do solo e criarem exceções aos planos diretores das cidades para gerar lucros privados. Um dos maiores exemplos disso foi a transformação da zona rural de Mesógia, no subúrbio de Atenas, após a construção de um novo aeroporto e de uma rodovia privada. O que os organizadores dos Jogos no Rio e em Londres se referiam como exemplos a não serem repetidos dizia respeito à ausência de legados dos Jogos de Atenas e ao fenômeno dos chamados elefantes brancos. Na Atenas pós-olímpica, esse fenômeno se acentuou por conta da falta de recursos para a manutenção dos equipamentos devido à crise financeira e pela ausência de planos de uso. Mas esse fenômeno é sintomático de diversos megaeventos, como nos Jogos de Sidney, Beijing, entre outros, e não exclusivo do caso de Atenas. No entanto, a falta de controle do setor privado visto em Atenas, especialmente das empresas da construção civil, não foi algo que o Rio de Janeiro tentou evitar; pelo contrário. Em ambos os casos se observa uma grande quantidade de escândalos de corrupção. Na Atenas de hoje, a maioria das instalações olímpicas são elefantes brancos, abandonados e impossíveis de serem mantidos. Infelizmente, coisas similares estão acontecendo no Rio agora, embora ainda não possamos prever o que vai acontecer com essas instalações no futuro. Em geral, não há consenso entre os pesquisadores quanto ao momento certo para avaliar o legado das Olimpíadas. Seria correto avaliarmos o legado de um megaevento dias após o fim de sua realização? Será que devemos fazer uma avaliação um ano, cinco anos, dez anos depois? Os governos mudam e, portanto, os planos e projetos para a cidade mudam também.

É interessante observar que, assim como no Brasil, na Grécia as relações entre os empresários da construção civil e os políticos são muito estreitas. A

escala é obviamente muito maior no caso do Rio (a Grécia é formada por 10 milhões de habitantes) e as formações históricas dos dois países são muito diferentes. Mas as similaridades também estão presentes, como as experiências recentes de governos ditatoriais e as relações clientelistas entre políticos, empresários e cidadãos.

JM: No seu livro você descreve a existência de “pontos de referência” construídos para a realização dos Jogos. No caso de Atenas 2004, você se refere ao estádio olímpico projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava. Nos Jogos Rio 2016 não tivemos nenhum projeto de instalação esportiva desenvolvido por arquitetos internacionais.

JT: É verdade que não tivemos no Rio o envolvimento de grandes estrelas da arquitetura na concepção dos equipamentos olímpicos, mas, ironicamente, Santiago Calatrava estava presente com o projeto do Museu do Amanhã. Não é por azar que essa nova zona revitalizada se transformou no “boulevard olímpico”. Devemos tratar o Porto Maravilha como um projeto olímpico? É uma questão de definição, e um debate pode ser feito sobre isso, mas do meu ponto

de vista, a zona portuária foi parte desse “ambiente olímpico” criado para as Olimpíadas do Rio e é um ponto de referência da era olímpica para a cidade.

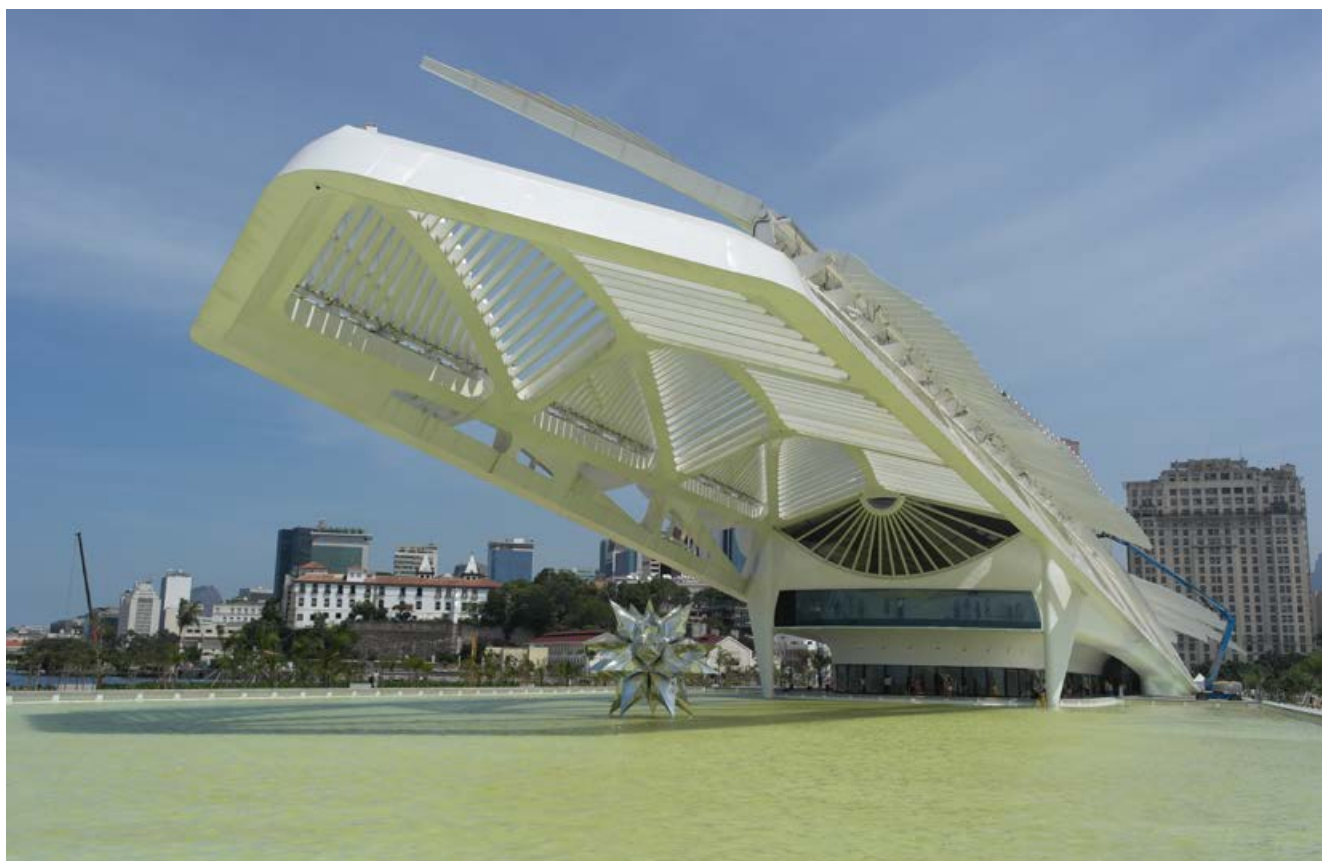
JM: As cidades ainda buscam reproduzir o chamado “efeito Bilbao”?

JT: Os casos discutidos anteriormente apontam que a crença na reprodução de um “efeito Bilbao” ainda tem força. Hoje é mais difícil legitimar um projeto com o argumento do benefício para a sociedade, do “interesse público”, mas ainda existe uma retórica que prevalece e que faz com que esses projetos sejam aceitos por boa parte da população. As longas filas que se formam há meses para entrar no Museu do Amanhã são uma evidência disso.

JM: Você menciona que o povo roma (ciganos) foi representado na cerimônia de encerramento dos Jogos Atenas 2004 e que a grande “tragédia grega” é que muitas famílias dessa etnia foram desalojadas para a construção de equipamentos olímpicos. No Brasil, a favela ganhou destaque na cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016, e muitas dessas comunidades

Imagem 3: Museu do Amanhã, projetado por Santiago Calatrava, na zona portuária do Rio de Janeiro.

Foto: João Carlos Monteiro



também foram afetadas pelos projetos olímpicos. O que isso representa?

JT: Nas minhas observações, a maior parte dos Jogos Olímpicos é caracterizada por contemplar múltiplas narrativas e pela polissemia. Existem muitas audiências diferentes e uma diversidade de atores envolvidos que precisam ser contemplados. Geralmente, eles estão em conflito uns com os outros ou são simplesmente contraditórios. Mas, em um evento tão grande quanto uma Olimpíada, o endosso às contradições não é incomum e tampouco acidental. É uma hipocrisia que se estabelece para que os organizadores do evento tentem atenuar as críticas. Acho que é um pouco disso que motivou a menção às favelas na cerimônia de abertura dos Jogos do Rio. Obviamente, a favela é um elemento que faz todo sentido em ser celebrado, por questões culturais, por conta do samba e do carnaval etc. Um ano depois dos Jogos, fica muito claro que esse evento não trouxe benefícios reais para essa população. No caso da referência ao povo cigano na cerimônia de encerramento dos Jogos de Atenas, as razões são diferentes. A cena dos ciganos surgindo no estádio olímpico incomodou muitos gregos. Existe um enorme preconceito contra os ciganos na Grécia, inclusive por parte da intelectualidade do país que não hesita em se manifestar contra a inclusão desse povo, alegando diversos motivos para isso que não cabe aqui discutirmos. Os organizadores do evento e as autoridades gregas não tinham uma real preocupação com o bem-estar da população cigana, e isso é óbvio quando constatamos seus atos – vários grupos de ciganos foram desalojados para construção de equipamentos olímpicos – ou pela simples ausência de políticas de inclusão. O que estava em jogo ali era a necessidade das autoridades gregas em mostrar o seu comprometimento com a União Europeia sobre o bem-estar dessa minoria, atenuando os inúmeros relatórios críticos que o país recebia sobre esse tema. Então, a única razão que eu consigo imaginar para aqueles ciganos terem aparecido em meio àquela cerimônia, além de contribuírem para a estética vernacular do espetáculo, foi de satisfazer a União Europeia e as organizações da sociedade civil, majoritariamente estrangeiras, que monitoram a atuação das autoridades gregas em relação às minorias do país. Eu encaro isso como uma vitória das autoridades, não do povo roma. Além disso, essa referência aos ciganos durante a cerimônia pode perfeitamente ter passado despercebida pela maioria dos espectadores estrangeiros, e mesmo que tivessem notado a presença dos ciganos no espetáculo, dificilmente se oporiam a isso. A repercussão negativa dessa presença entre os gregos também não importava muito para os organizadores

do evento, pois a opinião pública já estava ganha, a maioria da população estava orgulhosa com os Jogos de Atenas, e o impacto negativo disso foi ínfimo.

JM: Durante sua permanência no Rio de Janeiro, uma das manifestações de dissenso aos Jogos Olímpicos que mais lhe chamou atenção foi a formulação do chamado Museu das Remoções.³ Qual foi o seu interesse por esse caso?

JT: Me chamou atenção o fato de que em Londres um caso similar ao Museu das Remoções tinha acontecido alguns anos antes. Estou me referindo à Cooperativa Clays Lane, um projeto de habitação social construído no final dos anos 1970. Tanto a Vila Autódromo quanto a Cooperativa Clays Lane foram afetadas por projetos olímpicos que resultaram na remoção de moradores. Em ambos os casos seus moradores eram famílias em situação de vulnerabilidade social, que residiam em áreas selecionadas pelo poder público para sofrer intervenções em nome do “interesse público” e que tiveram suas histórias sacrificadas por essa escolha. Na Vila Autódromo e em Clays Lane, os moradores desenvolveram projetos que utilizavam as memórias coletivas e individuais como protesto, dissenso, descontentamento à erradicação das comunidades.

O Museu das Remoções é um museu nômade, que não possui um acervo permanente, e que está constantemente se deslocando de um lugar para outro e sempre modificando o conteúdo de suas exposições, em uma tentativa de envolver diferentes comunidades do Rio de Janeiro que passaram por experiências de remoção. O *Clays Lane Live Archive* (Arquivo Vivo Clays Lane) é composto por uma coleção de doações que hoje está depositada em uma biblioteca. Esse arquivo surgiu a partir de um processo de compilação de materiais ao longo de muitos anos e que também possuía esse caráter nômade, tendo sido exposto, por exemplo, em galerias de arte de Londres e em centros comunitários na Noruega, indo ao encontro de cidadãos que também tiveram suas vidas afetadas por outras situações de deslocamentos compulsórios. O que me interessa primeiramente é a natureza participativa da formulação de ambos os projetos; em seguida, o

³ O Museu das Remoções é um museu territorial a céu aberto criado em 2016 para documentar o processo de remoção da comunidade Vila Autódromo (Barra da Tijuca) e a luta contra sua expulsão para a construção do Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016. Foi pensado em parceria com museólogos, estudantes de Arquitetura, moradores e ex-moradores da comunidade e apresenta as histórias dos espaços que existiam na comunidade antes de serem removidos. As esculturas que compõem o museu são criadas a partir de entulhos dos imóveis demolidos.

Foto: Jilly Traganou



(à esq.)

Imagem 4:
Escultura do
Museu das
Remoções.

(à dir.)



Imagem 5:
Peça do acervo da
Clays Lane Live
Archive. Tapeçaria
produzida por
Jo Howard
representando
a comunidade
antes da remoção.
Cortesia: Adelita
Husni-Bey.

fato de que essas iniciativas agregaram indivíduos de múltiplas comunidades e públicos diversificados; e, finalmente, como ambos os projetos envolveram uma reflexão sobre a materialidade que compunha o cotidiano desses moradores que tiveram suas vizinhanças destruídas. Mas, ao mesmo tempo, essas destruições nutriram novas criações. No caso do Museu das Remoções, isso se dá na forma das instalações artísticas, que são construídas com fragmentos das casas demolidas da Vila Autódromo. No caso do arquivo da Clays Lane, isso também se expressou de múltiplas maneiras, seja através de mapeamentos, performances ou trabalhos sonoros.

JM: Ao chegar no Rio para desenvolver sua pesquisa, quais foram as suas primeiras impressões? E quais semelhanças saltam aos olhos entre as experiências grega e brasileira?

JT: Na minha primeira visita ao Rio, em 2016, eu não queria ser uma portadora de más notícias. Como cidadã grega, eu presenciei a glória e a ruína dos Jogos Atenas 2004. No entanto, as similitudes entre os Jogos do Rio e de Atenas eram muito evidentes, não apenas porque ambas as cidades passaram pela síndrome do urbanismo cosmético – veja em ambos os casos a opção pela *starchitecture* e por Santiago Ca-

latrava, uma receita óbvia para um sucesso de curto prazo seguido por derrocada, mas também pelas analogias em termos de trajetórias financeiras das duas cidades. A diferença é que a economia grega começou a apresentar sinais negativos alguns anos depois da realização dos Jogos, enquanto no Brasil a crise começou antes mesmo da sua realização. Seria um exagero afirmar que as Olimpíadas são as únicas responsáveis pela crise desses países. Mas a forma como esses Jogos foram concebidos diz muito sobre as opções tomadas e que eventualmente influenciaram na crise: no caso grego, a enorme dívida externa, e, no caso brasileiro, os esquemas de corrupção. Além disso, não me surpreende que ambos os países adotaram um tipo de planejamento urbano que favoreceu o capital privado.

Apesar de a Grécia não ter a desigualdade social que vemos no Brasil, eu acho que ambos os países adotaram modelos de urbanização e de governança que enfraqueceram o sentido de público, fazendo com que os direitos sociais (educação e saúde públicas de qualidade, por exemplo) fossem atrofiados. Assim, enquanto o espaço público estava sendo embelezado cosmeticamente com vista à realização desses megaeventos, os serviços públicos, pelo menos no caso da Grécia, estavam perdendo a qualidade. Os resultados dessa negligência foram dramáticos para o país. Antes da crise, esses serviços públicos não eram valorizados pela classe média grega, que optava por



(acima)

Imagem 6:
Manifestação
contra os Jogos
Tóquio 2020 em
frente ao edifício
da empresa Mitsui,
responsável pela
construção do
estádio olímpico.
Cortesia:
Hangorin No Kai.

(abaixo)

Imagem 7:
Encontro de
lideranças dos
movimentos
antiolímpicos do
Brasil, Coreia
do Sul e Japão.
Cortesia:
Hangorin No Kai.

acessar os serviços privados. Hoje, essa classe média, que forma a maioria da população de Atenas, está em crise e se vê em uma cidade onde os serviços básicos como saúde, educação e transporte público estão deteriorados por conta do descaso que ela mesma apoiou. A cidade se volta contra ela, e os atenienses hoje se arrependem dos enormes investimentos feitos para as Olimpíadas. No Rio, a situação é mais complexa e é natural que a atenção dos pesquisadores internacionais esteja no impacto negativo dos Jogos para as favelas e comunidades de baixa renda. Esse ponto não deve ser negligenciado, mas é igualmente importante observarmos a prioridade dada ao privado, como no caso da criação de parcerias público-privadas para a realização das intervenções urbanas ligadas à realização dos Jogos. A atual crise no Brasil pode atrasar os lucros pretendidos, mas é difícil ser otimista quando a lógica dessas intervenções está pau-

tada no lucro dos investidores. Essas obras realizadas no Rio, como o projeto Porto Maravilha, correm o risco de não cumprir com os objetivos dos seus promotores, pois os investimentos privados estão custando a chegar. É difícil prevermos o futuro da zona portuária. Em Atenas, por exemplo, o setor litorâneo de Faliron foi revitalizado para a realização dos Jogos e abandonado logo em seguida. Hoje, todo o investimento feito está se degradando porque a prefeitura não tem condições de manter as estruturas e os investimentos privados não chegaram. Talvez no caso carioca os desdobramentos sejam diferentes, mas eu gostaria apenas de frisar que projetos de revitalização são uma caixa de surpresas e a imprevisibilidade é uma constante.

JM: E sobre os Jogos Tóquio 2020, você já consegue identificar como o dissenso está se manifestando?

JT: Nesse momento, existe um forte movimento antiolímpico contra os Jogos Tóquio 2020. Os protestos possuem diferentes motivações que vão da remoção de moradores sem teto do Parque Meiji – onde o estádio olímpico está sendo construído – à demolição de um conjunto habitacional para idosos,⁴ e preocupações quanto ao esvaziamento de investimentos para a região de Tohoku, que sofreu consecutivos desastres entre 2011 e 2013.⁵ Uma coalizão de ativistas denominada Hangorin No Kai (Não às

Olimpíadas 2020, em tradução livre) tem organizado inúmeros protestos que incluem uma diversificada gama de táticas criativas, como ações performáticas e de design, alinhadas àquelas dos movimentos antiglobalização contemporâneos. Os manifestantes do movimento antiolímpico de Tóquio 2020 têm promovido aquilo que Charles Tilly denominou de

⁴ Trata-se do conjunto habitacional Kasumigaoka, no entorno das obras do novo estádio olímpico de Tóquio. O curioso nesse caso é que as famílias residentes estão passando por um segundo processo de remoção: o primeiro aconteceu em 1963, quando foram desalojadas de suas casas para a construção do antigo estádio olímpico, construído para os Jogos Tóquio 1964, e realocadas no conjunto Kasumigaoka.

⁵ O terremoto e o tsunami de março de 2011, que mataram cerca de 20 mil pessoas, e o acidente nuclear da usina de Fukushima, que desalojou 230 mil pessoas.

“repertórios de contenção”⁶ que incluem a realização de festivais, piqueniques, simpósios e competições de design. Suas táticas possuem uma natureza não verbal e afetiva, evocando o humor e expressões corporais. Eles lançam mão de máscaras e adereços e durante os protestos os manifestantes dançam e cantam. Esse tipo de protesto tem chamado atenção dos movimentos altermundialistas. David Graeber,⁷ por exemplo, enxerga nessas manifestações uma nova linguagem de desobediência civil, que combina ele-

6 TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

7 Antropólogo anarquista estadunidense radicado na Inglaterra. Participou ativamente do movimento *Occupy Wall Street*. Seu livro mais conhecido é *Debt: the first 5000 years* (Melville House, 2011).

mentos do teatro de rua e que tem suas origens no zapatismo e em outros movimentos sociais dos países do sul global. Esse tipo de ação ganhou evidência a partir dos protestos em Seattle de 1999 contra a cúpula da Organização Mundial do Comércio e, mais recentemente, reapareceu no movimento *Occupy* de Nova Iorque e de outras cidades. Simon Critchley ressalta as diferenças entre os protestos mais “convencionais”, que são menos humorados, e a nova geração de manifestantes que usa sua posição mais frágil para expor os poderosos através da ridicularização. Mas o principal nisso é que o objetivo final desses grupos e de suas manifestações experimentais nunca é apenas o protesto em si e sim a construção de novas formas de vivência, que são ao mesmo tempo coletivas e colaborativas. ■

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro é doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal (UQAM). Desenvolve pesquisa sobre as transformações da zona portuária do Rio de Janeiro no âmbito do projeto Porto Maravilha. joaocarlosmonteiro@gmail.com

Tradução: **João Carlos Monteiro**
Revisão: **Eduardo Sombini**